Justiça Automatizada

&emsp; O sistema de justiça brasileiro é extremamente vagaroso e, por incrível que pareça, beira a ilegalidade. Tornar esse sistema rápido e preciso é fundamental para que os interesses da população sejam atendidos e para que as instituições se tornem mais eficientes. O único caminho para solucionar esse problema é automatizando o máximo possível os processos da justiça. <br>

&emsp; Em nossa Constituição Federal de 1988 há o Artigo 37, que prevê os Princípios Fundamentais que norteiam a Administração Pública – Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Este último, prevê a otimização da atuação dos entes públicos na prestação de seus serviços no que tange a adequada aplicação de recursos e a velocidade nas entregas. Na maioria dos casos da atuação do Judiciário em nosso país esse princípio é ferido, tornando a atuação da justiça brasileira praticamente “ilegal”. <br>

&emsp; Isso se dá porque nosso judiciário, por maiores que sejam os esforços para mudar isso, ainda é extremamente analógico. A maioria dos processos são executados por pessoas e com volumes de papel. Com isso, tudo se torna moroso e dificulta a atuação dos órgãos de justiça para executar suas tarefas e, com as constantes mudanças que ocorrem em nossas leis, muitos processos que deveriam ser simples ficam empacados. <br>

&emsp; O principal caminho para mudar esse quadro é aplicar a tecnologia da informação para tornar a execução dos processos de nossa justiça automatizada. Tecnologias como gestão eletrônica de documentos, Engenharia de Dados e Machine Learning poderiam agilizar a recepção, armazenamento e processamento de demandas dos cidadãos que acionam a justiça através de seus advogados. <br>

&emsp; Desde 1988, o judiciário possui em seus arquivos diversas sentenças de processos finalizados a cada dia que poderiam ser carregadas em bases de dados de forma estruturada, decompostas em seus parâmetros e leis que as validaram. Essas bases de dados poderiam ser segmentadas entre as áreas do direito às quais as sentenças se relacionarem para posterior validação com as leis vigentes de seus parâmetros de forma automatizada com algoritmos de validação de dados. Posteriormente, com todas as sentenças segmentadas e validadas, poderiam ser treinados modelos de Machine Learning – com esses modelos, novos processos que fossem iniciados na justiça poderiam ser processados quase que instantaneamente e já chegarem quase prontos para os juízes julgarem. Com isso, os advogados das partes reclamante e reclamada só teriam o trabalho de preencher as informações e carregar os documentos solicitados – o restante do trabalho seria executado de forma automatizada, sem a necessidade de intervenção humana, gerando o máximo possível eficiência. <br>

&emsp; Portanto, ser analógico torna o Poder Judiciário extremamente ineficaz e não atende aos interesses da população, além de gerar transtorno, desperdício de recursos e aplicar recursos humanos desnecessários. As Tecnologias da Informação atuais surgem como alternativa para solucionar a maioria dos problemas do sistema e para o ajudarem a atender o seu propósito real – atender aos interesses da população quando ela precisar. <br>